

Uma revisão da agenda habitacional modernista no Brasil

Una revisión de la agenda modernista de la vivienda en Brasil

Sessão Temática: ST07. História e Historiografia

ALVES, Mikael José Guedes; Doutorando; Universidade Federal de Minas Gerais
mikaelguedesal@gmail.com

Resumo

O presente ensaio consiste em uma observação do Movimento Moderno no Brasil, especialmente nas iniciativas voltadas à produção residencial, à luz das particularidades sociopolíticas verificadas na ocasião da sua implementação. O objetivo deste estudo fundamenta-se em apresentar as singularidades dessa produção no país, as quais não são veiculadas e apresentadas pelos principais referenciais bibliográficos sobre esse fenômeno. Diferentemente de grande parcela das obras que são referência em estudos sobre o Movimento Moderno no Brasil e seu respectivo patrimônio, esse estudo defende que a gênese desta corrente na arquitetura residencial brasileira está associada aos principais acontecimentos sociais verificados no país na segunda metade do século XIX, orientados, sobretudo, pela implementação da lei Euzébio de Queirós e da Abolição da Escravatura, promulgadas em 1850 e 1888, respectivamente.

Palavras-chave: Movimento Moderno, arquitetura residencial, cultura brasileira.



Abstract

The present essay consists of an observation of the Modern Movement in Brazil, especially in the initiatives aimed at residential production, in the light of the sociopolitical particularities verified at the time of its implementation. The objective of this study is based on presenting the singularities of this production in the country, which are not published and presented by the main bibliographic references on this phenomenon. Unlike a large portion of the works that are a reference in studies on the Modern Movement in Brazil and its respective heritage, this study argues that the genesis of this current in Brazilian residential architecture is associated with the main social events that took place in the country in the second half of the 19th century, guided, above all, by the implementation of the Euzébio de Queirós law and the Abolition of Slavery, enacted in 1850 and 1888, respectively.

Keywords: Modern Movement, residential architecture, Brazilian culture.

Introdução

Ao investigar sistematicamente os primeiros passos do Movimento Moderno no Brasil ou, de forma mais especializada, das habitações que apresentam características próprias dessa corrente, comumente tal episódio está associado às ocorrências europeia e norte-americana do período datado a partir das últimas décadas do século XIX. Todavia, verifica-se nestas localidades um ambiente cultural pouco conforme em relação ao quadro social e político notados, simultaneamente, no contexto brasileiro.

O objetivo deste ensaio, em um primeiro momento, é observar como se documentou e narrou na historiografia acerca da arquitetura modernista brasileira a participação de eventualidades locais próprias, especialmente àquelas vinculadas à diáspora negra, seja na operação técnica ou na silenciada contribuição aos avanços e soluções da arquitetura. A escolha metodológica deste estudo é motivada pelo anseio em não recair nas posições reducionistas defendidas por tantas pesquisas, com a finalidade em preservar a riqueza dialética dos fatos mencionados e de resguardar o conjunto de significados que sua dimensão social condensa.

À luz desses apontamentos, os esforços desta análise consistem na defesa de que a modernização do habitar brasileiro, pautada, principalmente, por uma nova regulamentação na organização dos recintos da residência, tem seu prelúdio no contexto da abolição da escravatura e não nos episódios singularmente ocidentais, como mencionados pelos principais estudos. Esse pressuposto advém da consciência que com a ausência do negro escravizado, a casa requeria de reavaliações quanto à sua espacialidade e infraestrutura para garantir seu pleno uso e seu desempenho mínimo. Em outras palavras, a presente proposta compreende a Abolição da Escravatura antevista pela proibição do tráfico de negros de origem africana como o prenúncio da casa moderna no Brasil e o início da reformulação do habitar. Esses fatos são de grande importância para a compreensão dos princípios que seriam ordenadores na habitação moderna brasileira por terem modificado profundamente a economia doméstica e o modelo de sociabilidade que tinha a casa como cenário.

A formação da retórica moderna acerca da arquitetura residencial

Quanto às principais referências, o historiador da arquitetura Leonardo Benevolo aponta em sua principal obra, *História da arquitetura moderna* (1976), que a gênese do Movimento Moderno ocidental está situada historicamente a partir da década de 1880 nas principais localidades tidas como parâmetro para a cultura mundial, como França, Inglaterra e Bélgica (BENEVOLO, 1976). Nas avaliações gerais da arquitetura sobre essas adequações, Benevolo (1976) destaca que a sintetização das plantas das residências, pautada pela moderação e redução do programa de necessidades na primeira metade do século XX, consiste em um trabalho próprio do Movimento Moderno ocidental, especialmente quando contraposto aos precedentes habitacionais do século XIX. Essas propostas frequentemente se associam à importantes nomes da literatura internacional, tais como Catherine Beecher (1800 – 1878), Margarete Schütte-Lihotzky (1897 – 2000) e Ernst May (1886 – 1970). Já o historiador Willian Curtis (2008) apresenta que a redução do programa e das espacialidades das habitações se orientou pelo contexto de contenção econômica nas grandes potências mundiais, associado ainda ao déficit habitacional próprio do contexto das duas grandes guerras.

Com base nessas explicações, na literatura voltada a debater a experiência documentada no continente europeu em torno do Movimento Moderno, cuja produção é condicionada por arquitetos de grande proeminência como Le Corbusier, Walter Gropius e Mies van Der Rohe, nota-se a sintetização das ocorrências em outras localidades, como em toda a América e na África, às propostas ocidentais. As conclusões de Benevolo (1976) e Curtis (2008) apresentam aspectos fundamentais deste tipo de habitação, mas que se diferem das particularidades do contexto brasileiro, muito determinadas pelos desdobramentos sociopolíticos verificados na segunda metade do século XIX, como descrito anteriormente.

Para diversos autores, como Marion Segaud em seu estudo *Antropologia do Espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar* (2016), é fundamental que a literatura atual considere que o contexto sociocultural apresenta desenvolvimentos multilíneares sobre determinado evento. Esse fato motiva a criação de uma modernidade própria em cada localidade e, nessa compreensão particularizada das diferenças, o modelo ocidental deixa de ser o único referencial. No mesmo sentido, alguns estudiosos, como o sociólogo francês Georges

Balandier (1970), defendem que quando são recapituladas essas ocorrências frequentemente classificadas como de significado inferior no âmbito da história geral, além de ser possível apreciar a emergência de compreensões inéditas sobre a sociedade, torna-se evidente o questionamento acerca do encontro entre a tradição e a mudança.

Algumas publicações, como os textos desenvolvidos por Aldo Paviani (2015), reconhecem que as características da produção europeia em limitados empreendimentos protagonizaram os debates gerais sobre a modernização em arquitetura nas primeiras décadas do século XX. No caso da arquitetura brasileira, existem alguns fatos extrínsecos ao debate central da disciplina que qualificam diretamente sua experiência e ordenam seu andamento prático. Quanto a seu prelúdio, quase sempre associado às importantes descobertas e avanços conquistados pela industrialização do continente europeu, não são rememoradas as grandes mudanças políticas e sociais que redefiniriam os rumos na operação da arquitetura e da engenharia no Brasil, de modo especial na produção residencial.

Grande parte dos principais estudos acerca do Movimento Moderno no Brasil não apresentam análises situadas em uma posição adequada quando referida sua situação na história, especialmente no tocante à sua gênese ou dos princípios que fundamentaram técnica e conceitualmente sua elaboração. Esse fato é justificado por autores como o sociólogo Gabriel Bolaffi (1934 – 2011) como a sucessão inexata de algumas ocorrências de grande disposição ocidental, justapostas e escolhidas mediante sua significação no quadro da cultura arquitetônica da Europa. Porém, quando essas eventualidades são associadas para explicar o episódio verificado no Brasil, elas não narram com veracidade os estágios iniciais da arquitetura mencionada.

Frequentemente, reflexões desta natureza se defrontam com desafios quanto às possíveis fontes bibliográficas e textos que promoveram a trajetória de pesquisas desta seara. Diversos autores apresentam e recomendam nas suas obras pensadores que realizaram estudos em gerações anteriores, os quais são vistos como fundamentais na construção da consciência histórica acerca da formação cultural brasileira, em especial nos atravessamentos próprios da trajetória negra no Brasil. Todavia, considerável número de intelectuais recomendados por importantes referências elaborou suas análises apoiadas em orientações inadequadas e que não apresentam de maneira verídica e inequívoca a conjuntura analisada.

Diversas referências bibliográficas sobre este tema estão datadas no século XX, de modo especial concentradas na primeira metade do século (aproximadamente nas décadas de 1940 e 1950), em escritos como àqueles publicados pelo arquiteto Lucio Costa (1902 - 1998) e, de forma geral, não apresentam um consenso sobre a atuação do indivíduo negro e escravizado na cultura arquitetônica brasileira. Assim, é possível inferir, de imediato, dois diferentes encaminhamentos teóricos altamente importantes que a presente reflexão pretende alcançar. A primeira orientação indica a necessidade de superar a condição da maioria das pesquisas sobre a história da arquitetura moderna brasileira estarem condicionadas aos principais aspectos das propostas ocidentais. Em seguida, o reconhecimento do negro como participante das iniciativas de reformulação do espaço da habitação e, em consequência, do seu programa, cujo fato afirma a direta coesão e conformidade entre a arquitetura residencial e as ocorrências sociais que lhes são próprias.

Elementos sociais atuantes no processo de modernização do pensamento arquitetônico no Brasil

O arquiteto e historiador Hugo Segawa em seu livro *Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990* (1999), apresenta que a consolidação do Movimento Moderno em arquitetura no Brasil está vinculada às primeiras investigações internacionais de importantes arquitetos brasileiros como Rino Levi, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Essa ocorrência é recapitulada pelo autor diante de projetos como a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde sob a participação do já consagrado arquiteto Le Corbusier em 1936 ou, no âmbito residencial, a proposição do pavilhão brasileiro na Feira Mundial de Nova York no ano de 1938, liderado por Niemeyer e Costa. Esse projeto fomentaria a publicação do catálogo *Brazil Builds* em 1943 pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, em manifesto às qualidades deste projeto e que promoveria a arquitetura brasileira desta natureza (SEGAWA, 1999). Contudo, para alguns arquitetos atuantes na época, a modernização da arquitetura brasileira deve ser explicada mediante as particularidades técnicas, econômicas e sociais da localidade observada, eventualidades que no Brasil não estão em consenso com os países precursores do Movimento Moderno, uma vez que esse quadro condicionou diversos elementos da arquitetura produzida neste período (COSTA, 1962).

É importante recapitular na reflexão aqui disposta a organização cultural que se inaugurava no Brasil na segunda metade do século XIX e que se estendeu até a primeira metade do século XX. Nesse novo esquema cultural, diversas propostas foram implementadas com a finalidade de criar diálogos mais objetivos entre as produções ocidentais e o projeto que se tinha para a nova República, como a solicitação de uma racionalidade positivista muito empregada no pensamento sobre as artes, urbanismo e comportamento na Europa. Em tal ocasião, essa nova postura científica estabelece uma adversidade na sociedade brasileira, dado que havia uma notável modificação das políticas demográficas no Brasil diante do incentivo à imigração de europeus, articulada a um novo conceito de condição intelectual e progresso em uma nação composta, preeminentemente, por pretos, mestiços, escravizados e ex-escravizados. Apesar disso, evidenciavam-se importantes estudos e publicações de oposição ao inédito projeto de sociedade, como os trabalhos de escritores como Euclides da Cunha e Lima Barreto, os quais estavam conscientes da negação por parte da gestão pública à realidade da sociopolítica do país. Os registros documentados por tais autores apoiam diretamente as considerações deste estudo por serem testemunhas diretas do ambiente investigado.

Por sua vez, a participação do indivíduo negro envolvido no ambiente político colonial pode ser facilmente observada em diversos aspectos sociais, como no vocabulário ou na religiosidade. Todavia, as conquistas e avanços verificados na história da arquitetura brasileira são quase obscuros e anônimos, uma vez que particularmente se atribui esse desenvolvimento a um legado advindo das localidades já mencionadas, muito reproduzido em obras empreendidas em todas as partes do país, e quase sempre operado pela atuação do negro.

O livro *Reis negros no Brasil escravista : história da festa de coroação de Rei Congo* (2002), escrito por Marina de Mello e Souza, expõe dados importantes para a compreensão desse cenário. Embora o conteúdo fundamental desta obra seja o processo de constituição histórica das festas de Congado no Brasil, sua narrativa é estabelecida sob a compreensão do tráfico negreiro, relação comercial que se consolida aproximadamente no século XVII. Assim, o estudo de Souza apresenta de forma muito detalhada a posição do indivíduo negro na sociedade brasileira desde o início da diáspora no continente africano, cujo episódio é de



singular importância para compreender determinações sobre o espaço da casa no período mencionado, sobretudo pelo fato de o negro ser agente altamente resolutivo neste ambiente. As análises de Souza não dizem respeito unicamente às atividades inauguradas pelas irmandades de negros no Brasil mas inferem, principalmente, a condição sociocultural destes indivíduos em toda a história moderna do país (entendemos por história moderna as ocorrências situadas a partir do século XV, conforme os principais referenciais literários). É possível dizer que as irmandades foram o contexto onde se manifestaram as primeiras experiências de cidadania dos homens e mulheres negros, uma vez que nesses espaços eles estavam organizados oficialmente mediante práticas, culturas, posição social e regras de sociabilidade bem definidos. Lembrar e mencionar essas irmandades é de absoluta importância, pois essas organizações participaram ativamente nos processos de constituição de novas instituições e relações no ambiente colonial, cujos regulamentos foram muito presentes na sua posteridade, especialmente no âmbito da relação indivíduo-espaço.

De forma complementar, os estudos do filósofo Fernando Novais, de modo especial o texto *Condições da privacidade na colônia* (1997), apresentam a urgência em se inserir as diversas transformações culturais e políticas nos processos sociais ao se tratar das ocorrências no Brasil, no quadro do final do sistema colonial que, inegavelmente, formularam uma inédita nação e modelos de nacionalidade. Deste modo, convém considerar o programa de necessidades elaborado desde o século XVIII, momento auge das relações escravocratas no Brasil, como forma de apresentar quais são os aspectos que determinam, em verdade, o curso da modernização na atividade arquitetônica do período mencionado. Em paralelo à formação do Movimento Moderno europeu na segunda metade do século XIX, no Brasil duas ocorrências demarcam, simultaneamente, não somente a reformulação da política e da economia, como também da cultura arquitetônica e o uso dos espaços projetados: em primeiro lugar, a abolição da escravatura oficializada em 1888 e em segundo plano, sua medida preliminar, a Lei Euzébio de Queirós, promulgada em 1850, que assinala a proibição do tráfico transatlântico de indivíduos advindos da África.

Os eventos acima descritos apresentam a especificidade da condição sociopolítica no Brasil em contraponto ao caso ocidental, e quando os admitimos como fundamentais para compreender a posterior produção residencial modernista, propomos, com efeito, um calendário não-moderno das habitações brasileiras. Isso quer dizer que, enquanto na Europa



e nos Estados Unidos a industrialização é o primeiro agente da modernização, no Brasil o registro do declínio das relações escravocratas inaugura a redefinição da racionalidade sobre a produção residencial. Esse pressuposto advém da avaliação voltada a defender uma antinomia do curso apresentado pela bibliografia geral a respeito do caso brasileiro, muitas vezes situado de forma genérica e isento de elementos que o individualizam.

Tal equívoco acerca da historiografia brasileira pode estar associado à renúncia das características da cultura tradicional por diversas propostas verificadas primeira metade do século XX, fato que indica a impossibilidade de observar conscientemente as mudanças no modo de conceber a arquitetura. Como resultado, nos registros historiográficos a emergência de formas e soluções espaciais no século XX são legitimadas mediante períodos, técnicas, propósitos e regiões distintas daquelas que compõem os precedentes do Movimento Moderno no Brasil.

Em menção às principais referências na literatura, obra *Casa Grande e Senzala*, publicada inicialmente em 1933 pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900 – 1987), apresenta importantes contribuições para este debate não somente por associar à figura do indivíduo escravizado a organização do ambiente das casas mas, sobretudo, por fazer uma leitura da condição negra como integrante da cultura brasileira. Assim, o estudo de Freyre introduziu o pensamento da mestiçagem nas abordagens científicas sobre a sociedade brasileira na primeira metade do século XX. Cabe ressaltar que, embora conscientes da importância da obra de Freyre para os estudos históricos sobre a arquitetura residencial da época, as análises do autor apresenta equívocos ao documentar repetidamente relações de amenidade entre escravizados e colonizadores. Além do mais, de acordo com José Carlos Reis (2007), Freyre relata fatos que não se amparam em documentos históricos que certificam sua veracidade, se apoiando em referências datadas mais de três séculos da ocasião observada.

Por seu turno, Lucio Costa é um eminente colaborador à arquitetura brasileira, por seus projetos e obras de arquitetura e urbanismo e, salvo o grau de importância de cada qual, por seu trabalho teórico que até a atualidade é recorrentemente mencionado. O mérito das pesquisas publicadas por Costa consiste em apresentar aspectos da formação da cultura brasileira pautados pelos seus precedentes históricos diante de considerações pouco documentados por autores de gerações diversas. Em um de seus textos intitulado



Depoimento de um arquiteto carioca, publicado inicialmente no ano de 1951, o arquiteto discorre que, dentre as diversas ocorrências do século XIX, a abolição da escravatura foi a eventualidade que reapropriou o habitar das famílias brasileiras. Essa renovação pode ser notada nas técnicas construtivas utilizadas para conceber as habitações, na linguagem da arquitetura e, sobretudo, no programa de necessidades que compunha a espacialidade das casas.

A máquina brasileira de morar, ao tempo da colônia e do império, dependia dessa mistura de coisas, do bicho e da gente, que era o escravo. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele quem fazia a casa funcionar: havia negro para tudo – desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador. (COSTA, 1962, p. 174-175)

Essas análises de Costa fomentam e direcionam de forma muito concisa os pressupostos colocados por diversos estudos. Suas reflexões apontam os desdobramentos da arquitetura dos cinquenta anos que sucederiam a década de 1880, momento no qual a Abolição da Escravatura era uma temática que integrava com maior grau de intensidade os debates da classe política da época. Cabe apontar que com a Abolição as atividades domésticas, antes conferidas aos negros, foram delegadas progressivamente à mulher no século XX. No entanto, esta exposição pretende observar os novos arranjos espaciais da casa brasileira frente aos encaminhamentos determinados pelo sistema político e social notados na história do país e não anunciar, especificamente, os novos atores envolvidos no seu funcionamento, ainda que seja de absoluta importância observá-los e apontá-los.

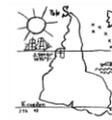
Vale lembrar também que após a abolição da escravatura no final do século XIX, durante alguns anos do período classificado como a primeira fase republicana, parte substantiva do modo de vida colonial ou burguês ainda foi mantido graças ao baixo valor da mão-de-obra do serviço doméstico, cuja atividade era ainda composta majoritariamente por um quadro de homens e mulheres negras (BOLAFI, 1979). Essa condição doméstica, como os modos de

vida, programa da habitação, modelos de concepção e elaboração espacial alteraram-se mais efetivamente a partir de 1920, quando foram verificadas diversas iniciativas de emancipação econômica e valorização do trabalho. Assim, readequações diversas inseriram-se paulatinamente nas orientações sobre a concepção de casas de padrão médio e alto, cujas características compuseram o modo de entender a residência e projetá-la.

A partir desta modificação do cenário social brasileiro no século XIX, o espaço da residência é condicionado a um processo de transformação, quanto ao seu programa, à sua técnica construtiva e à linguagem que lhe decorreria. Nesse momento, registra-se a aparição de casas com dimensões reduzidas em terrenos com pequenas proporções, chamadas na época “casas de apartamentos” ou, no âmbito da ausência do planejamento arquitetônico e urbanístico, os cortiços e mocambos elaborados nos principais centros urbanos, ambos entendidos como as primeiras experiências de habitação coletiva multifamiliar na cultura social brasileira (REIS, 2007).

Neste caso, a adaptação da residência de padrão médio no Brasil visava a operação dos seus serviços pelo proprietário e não mais pelo indivíduo escravizado, este último percebido até então como uma das peças fundamentais que colocavam a habitação em pleno funcionamento. Essa posição histórica, ao sensibilizar e mobilizar o início das iniciativas modernizadoras da residência brasileira, insere o negro no processo de elaboração do Movimento Moderno brasileiro, como também propõe uma revisão do seu percurso e das suas orientações iniciais. Deste modo, os aspectos tratados neste estudo, por terem absoluta importância para o Movimento Moderno brasileiro, cuja compreensão está conciliada à diáspora africana, demarcam as especificidades da "máquina brasileira de morar".

O livro *A construção do habitat moderno no Brasil : 1870 - 1950* (2004), escrito pela arquiteta e urbanista Telma de Barros Correia apoia significativamente as colocações que atestam as características da arquitetura no Brasil, por apresentar objetivas considerações sobre o desenvolvimento da arquitetura no país a partir das plurais ocorrências datadas da segunda metade do século XIX. Com grande destaque para a produção habitacional, a obra de Correia apresenta os principais eventos que redefiniram o modo de compreender e realizar a arquitetura até a atualidade. O estudo de Correia é oportuno por lembrar o caso brasileiro no andamento que redirecionou o pensamento da arquitetura, pois não coube somente à Europa



essa mobilização. Colaborações de localidades diversas atuaram significativamente neste processo, cada qual com sua devida contribuição.

Em outros termos, as ideias apontadas por esta análise versam sobre a constituição de novas identidades na cultura brasileira durante e depois da integração dos africanos e afrodescendentes na sociedade brasileira. E a arquitetura no cenário colonial (no seu período de vigência e na sua descendência) participa ativamente nas eventualidades sociais, seja como instrumento da classe senhorial no controle dos indivíduos a ela subordinada, ou como espaço de resistência e afirmação cultural e documentação da realidade da vida comum.

Considerações finais

As avaliações aqui situadas não pretendem contar sistematicamente a história do Movimento Moderno verificado na arquitetura residencial brasileira, mas evidenciar episódios, como sua gênese associada à obsolescência das casas grandes, um marco no modo em se contar este processo. Tal fato evidencia a impossibilidade em elaborar uma história geral da cultura arquitetônica brasileira de forma autônoma quanto aos seus precedentes sociopolíticos e culturais, e afirma que a perspectiva histórica do Brasil consiste no reconhecimento dos muitos eventos que elaboraram tal agenda, e suas respectivas articulações.

Esse debate já foi observado por diversos pensadores da sociologia, da antropologia, da história e da literatura popular. Contudo, no campo dos estudos da arquitetura, especialmente aqueles que se referem ao século XIX e à sua posteridade, nas tentativas de se estabelecerem fundamentos históricos e significados simbólicos sobre esta ocorrência, comumente estão disponíveis estudos compostos por afirmativas gerais e reduzidas, com posições teóricas pouco aprofundadas. Na ocasião deste artigo, o enfoque almejado buscou por traçar o processo histórico que envolve a constituição da arquitetura residencial do século XX, sob a perspectiva do encontro de diferentes culturas e modos de vida. Desta maneira, se fez oportuno apresentar aspectos referentes à cultura colonial datada entre os séculos XV e XIX, incluindo as ocorrências do tráfico negreiro e da inserção compulsória de indivíduos de origem africana, como forma de preencher uma lacuna nos estudos acerca da condição da cultura arquitetônica do século XX, especialmente no que diz respeito às contribuições do mundo banto.

Ao optar por essa natureza de análise do Movimento Moderno em arquitetura no Brasil, pautada pela observação de fatos importantes que condicionaram mudança nas propostas de projeto residencial, nos deparamos com dois diferentes debates sobre o mesmo caso. De um lado, são recorrentes produções de verve altamente moralizadoras, que relacionam o abandono ou a renúncia do casario tradicional à concentração de habitantes de origem das camadas sociais pobres, cujo modo de vida é integrado às causas de ocorrências de mazelas sociais, como epidemias e marginalização. Por outro lado, pode ser defendido o argumento que avalia a desapropriação dessas habitações por ocasião das determinações próprias do histórico político da época e, conseqüentemente, pela emancipação dos indivíduos responsáveis pela operação e manutenção dessas casas.

Essa perspectiva de entender a impugnação das residências tradicionais rumo à transformação da residência é justificada também por princípios que regeriam as mudanças da mentalidade da época. Podemos apontar, em especial, a condenação dos hábitos relacionados à memória da sociedade, a negação aos elementos relativos à cultura popular que pudessem fragilizar a condição da sociedade dominante e, principalmente, a implementação de políticas voltadas à expulsão dos grupos populares das áreas centrais dos principais centros urbanos, cuja conduta ainda se faz fortemente enraizada nas atuais propostas de planejamento territorial e urbano (SEVCENKO, 1983).

Na atualidade, trabalhos desta vertente têm alcançado significativos sentidos e posições na produção teórica sobre arquitetura, por sua iniciativa versar sobre o distanciamento das propostas ocidentais altamente naturalizadas em culturas diversas. Podemos memorar neste trabalho, de forma complementar e substancial, o diálogo com a observação de alguns autores quilombolas e africanos como o queniano Ngũgĩ Wa Thiong'o (2011), cujo modo de elaboração da reflexão busca modificar a realidade do pensamento hegemônico a partir da menção aos recursos da memória, muitos deles já silenciados. Por fundamento, essas propostas visam o resgate, o retorno e a valorização das especificidades da história, uma vez que estes episódios são entendidos como ferramentas indispensáveis para compreender as iniciativas da cultura geral.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BALANDIER, Georges. **O social em tempos de incerteza**. São Paulo: Editora Sesc, 2019.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1976.
- BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo : o problema e o falso problema**. São Paulo : Editora Alfa – Omega, 1979.
- CORREIA, Telma Barros de. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Paulo: FAPESP, 2004.
- COSTA, Lúcio. **Anotações ao correr da lembrança**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.
- _____. **Sôbre arquitetura**. Porto Alegre : Centro dos estudantes universitários de arquitetura, 1962.
- CURTIS, William J. R. **Arquitetura moderna desde 1900**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre África e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 9º Edição. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- NOVAIS, Fernando. **Condições da privacidade na colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PAVIANI, Aldo. **Planejamento e urbanismo na realidade brasileira**. Porto Alegre: Editora Livre Expressão, 2015.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil – 1900 – 1990**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão : tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1985.
- THIONG'O, Ngũgĩ Wa. **Descolonizar o espírito**. Paris : La fabrique, 2011.